



SENADO FEDERAL

EMENDA Nº
(ao PLP 121/2024)

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 7º, ao § 1º do art. 7º e ao art. 13; e acrescentem-se §§ 2º a 6º ao art. 7º e art. 14 ao Projeto, nos termos a seguir:

“**Art. 7º** Os Estados do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) vigente que optarem por aderir o Propag terão prazo de 12 (doze) meses, a partir da assinatura do aditivo contratual a que se refere o art. 3º para alterar as regras de limitação de crescimento de despesas do RRF para instituir novas regras e mecanismos anuais para limitar o crescimento das despesas primárias à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescida de:

.....
§ 1º A limitação de crescimento das despesas primárias prevista no *caput* deste artigo equivalerá às dotações orçamentárias primárias constantes da Lei Orçamentária Anual vigente no exercício anterior ao de apuração, considerados seus créditos adicionais, corrigidas pelo IPCA e acrescidas do crescimento real previsto neste artigo.

§ 2º A variação real positiva da receita primária, referida nos incisos de I a III do *caput* deste artigo, será a do exercício sujeito à limitação prevista no *caput* deste artigo.

§ 3º As despesas com ações de enfrentamento e mitigação dos danos decorrentes da calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional e de suas consequências sociais e econômicas e as despesas com saúde e educação, inclusive as que vierem a ser pactuadas como compromisso de melhoria de indicadores de que trata o § 4º do art. 5º desta Lei Complementar, independentemente de comporem ou não as bases de cálculo das aplicações mínimas de que tratam o § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal, não



serão computadas na limitação de crescimento das despesas primárias prevista no caput deste artigo.

§ 4º Excluem-se da limitação imposta no caput deste artigo, as despesas custeadas com recursos provenientes do excedente dos juros previsto no § 4º do art. 5º, de transferências vinculadas da União, de operações de crédito, dos fundos especiais do Poder Judiciário, dos Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios, da Defensoria Pública, do Ministério Público estadual, das Procuradorias-Gerais dos Estados e das Secretarias de Fazenda ou equivalentes e de outras fontes de recursos definidas em ato do Poder Executivo Federal.

§ 5º O Poder Executivo Federal definirá as regras de apuração de receitas, despesas, resultado primário dos Estados, bem como dos índices de inflação, tomando como base o exercício anterior ao da elaboração da lei orçamentária anual.

§ 6º Os Estados com Regime de Recuperação Fiscal vigente poderão optar por limitar o crescimento de suas despesas primárias pela regra estabelecida na Lei Complementar nº 159, de 2017, ou pela regra estabelecida no artigo 7º desta Lei Complementar, a partir do exercício referente à data base estatuída no inciso III do parágrafo único do art. 1º desta Lei Complementar.”

“**Art. 13.** Os Estados com Regime de Recuperação Fiscal vigente na data de publicação desta Lei Complementar poderão aderir ao Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados, mantendo as obrigações e as prerrogativas da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, incluindo os benefícios de redução do pagamento da dívida de que trata o art. 9º e de contratação de operação de crédito do art. 11

§ 1º Os Estados afetados pela Lei Complementar nº 206, de 6 de maio de 2024, também manterão as obrigações e prerrogativas da referida lei complementar.

§ 2º Para os Estados com Regime de Recuperação Fiscal vigente, a compatibilização entre a dívida no âmbito da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993, da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, da Lei Complementares nº 159, de 19 de maio de 2017, e o contrato do Propag será estabelecida em decreto do Poder Executivo federal.

§ 3º No momento da publicação desta lei, para os Estados que se encontram com o Regime de Recuperação Fiscal vigente, previsto na Lei



Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, não será exigida a redução da dívida, prevista nos § 1º e 2º do art. 5º, para fazer jus à taxa de juros de 1% (um por cento) ao ano.

§ 4º Os Estados com Regime de Recuperação Fiscal vigente poderão optar por limitar o crescimento de suas despesas primárias pela regra estabelecida na Lei Complementar nº 159, de 2017, ou pela regra estabelecida no artigo 7º desta Lei Complementar, a partir do exercício referente à data base estatuída no inciso III do parágrafo único do art. 1º desta Lei Complementar.”

“**Art. 14.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

O Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) é uma iniciativa fundamental para a recuperação fiscal dos estados brasileiros. No entanto, a eficácia do programa pode ser comprometida se não contemplar devidamente as especificidades dos estados sob regimes fiscais restritivos, como o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). É crucial que estes estados possam aderir ao Propag sem perder os benefícios fiscais pré-estabelecidos, que são essenciais para sua recuperação e estabilidade financeira.

Esta emenda visa inserir o Artigo 13 e alterar o Artigo 7 para garantir que os estados em RRF na data de publicação desta Lei Complementar mantenham suas obrigações e prerrogativas sob a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, e outros dispositivos relevantes. A adição destes artigos assegura que as disposições do Propag sejam compatíveis com as exigências e condições do RRF, proporcionando um framework legal que respeite os acordos existentes e facilite uma transição harmoniosa para o novo regime fiscal.

Benefícios

Continuidade dos Benefícios Fiscais: Ao permitir que os estados em RRF mantenham os benefícios já negociados, como reduções no pagamento da dívida e facilidades para novas operações de crédito, a emenda promove



a estabilidade fiscal e permite que estes estados continuem seus esforços de recuperação sem interrupções.

Flexibilidade na Gestão Fiscal: A emenda proporciona aos estados a opção de escolher as regras de limitação de despesas que melhor se adaptem às suas necessidades e contextos econômicos específicos, seja pelas normas existentes do RRF ou pelas novas estipulações do Propag.

Simplificação Administrativa: Ao estabelecer que a compatibilização das dívidas será regulamentada por decreto do Poder Executivo federal, a emenda simplifica o processo de integração dos regimes fiscais, reduzindo a burocracia e facilitando a implementação efetiva do Propag.

Sala das sessões, 13 de agosto de 2024.

Senador Vanderlan Cardoso
(PSD - GO)

